

Fechado acordo para rolar dívida de São Paulo

*Negociação contempla
R\$ 36,8 bilhões e
inclui débito do Estado
com o Banespa*

SUELY CALDAS

BRASÍLIA — Até o dia 31 de dezembro o governador Mário Covas e o Ministério da Fazenda assinarão o acordo-contrato para rolagem e pagamento de três dívidas do Estado de São Paulo: a mobiliária (papéis do Estado vendidos no mercado) e as com o Banespa e com a Nossa Caixa Nosso Banco, que totalizam R\$ 36,8 bilhões. O acordo foi fechado esta semana em Brasília.

Agora, a Assembléia Legislativa de São Paulo terá de aprová-lo a tempo de ser assinado até 31 de dezembro. Nesse dia termina o Regime Especial de Administração Temporária (Raet) no Banespa determinado pelo Banco Central em dezembro de 1994. O Raet, que dura um ano, já foi renovado uma vez e não pode sê-lo de novo.

Pelo acordo, o governo de São Paulo pagará, à vista, uma parcela de R\$ 7,4 bilhões com ativos (empresas e bens) pertencentes ao Estado, que serão definidos e negociados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa quantia corresponde a 20% do total negociado. Portanto, enquadra-se nas regras gerais de acertos de dívidas entre o Ministério da Fazenda e os Estados, em condições idênticas às que prevaleceram para Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Diagnóstico — A solução encontrada envolve também o futuro do Banespa. Será contratada uma

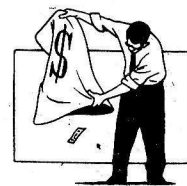


instituição especializada, de experiência comprovada, que fará uma radiografia financeira do banco estadual para avaliar se ele tem ou não condições de ser privatizado no futuro. Esse diagnóstico vai dirimir dúvidas do mercado e do governo: se o Banespa tem capacidade de resistência para sobreviver e ser vendido e em que condições. Ou, se não tiver, a instituição contratada terá de justificar suas conclusões.

A partir do fim do Raet, em 31 de dezembro, essa instituição assumirá a administração do Banespa. A idéia é seguir o modelo adotado no Banerj, que está sob administração do Banco Bozzano, Simonsen, também responsável por fazer sua privatização.

Com a dívida do Estado solucio-

nada, o Banespa se livra do principal problema que, nos últimos dois anos, impediu sua privatização ou devolução para o governo de São Paulo. É possível, portanto, que o novo administrador conclua que ele tem chances de sobreviver.



**COVAS SE
COMPROMETE
A QUITAR 20%
COM ATIVOS**

De acordo com o contrato a ser assinado com o governo de São Paulo, a data de 31 de março deste ano será a referência para cálculo das três dívidas (mobiliária, Banespa e Nossa Caixa). Nesse dia, as três somavam R\$ 36,8 bilhões.

Mas a União só assumirá a parcela de R\$ 20 bilhões equivalente ao saldo líquido da dívida mobiliária (R\$

12,6 bilhões) mais o valor dos ativos que serão oferecidos em pagamento (R\$ 7,4 bilhões). A partir de 31 de março, essa parcela de R\$

20 bilhões — que deve ser rolada por 30 anos, o mesmo prazo dado aos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul — será corrigida em condições favorecidas: pelo Índice Geral de Preços (IGP), mais juros de 6% ao ano. A parcela restante, de R\$ 16,8 bilhões, que corresponde aos saldos líquidos dos débitos do Estado com Banespa e Nossa Caixa, será corrigida pelas condições de contrato, ou seja, a juros de mercado.

Pressa — O governador Mário Covas tem pouco tempo para tornar viável o acordo acertado com o Ministério da Fazenda. Se não conseguir aprová-lo na Assembléia Legislativa até 31 de dezembro, a data de referência para cálculo das dívidas — 31 de março — deixará de valer e será jogada para a frente. Portanto, o valor-alvo da negociação acabará aumentado pela incidência de juros.

Ou seja, quanto mais for postergada a decisão sobre o acordo na Assembléia Legislativa maior será o prejuízo para o governo do Estado. Há outro fator a pressionar por uma decisão rápida: o Raet no Banespa acaba em 31 de dezembro e se até lá o contrato não for assinado o débito de São Paulo com o banco estadual pode não entrar na negociação.

Não estão ainda definidos os ativos que o governo paulista oferecerá como pagamento da parcela de R\$ 7,4 bilhões, mas constará do contrato que se trata de ativos em condições de serem privatizados. Portanto, não serão aceitos, por exemplo, os Aeroportos de Congonhas e de Guarulhos, que Covas ofereceu, no ano passado, como parte do pagamento da metade da dívida com o Banespa.